

O anonimato é garantido para quem utiliza o serviço



## Conheça os números dos disque-denúncias

As informações repassadas anonimamente pela população aos disque-denúncias têm contribuído para a elucidação, no país, de vários tipos de crime. Em sua edição de hoje, o **Especial Cidadania** relaciona os números disponíveis em todos os estados e também no Distrito Federal.

Página 8

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.959 – Brasília, segunda-feira, 21 de junho de 2004

## Plenário conclui amanhã o exame da Lei de Falências e PEC dos vereadores

Os senadores podem finalizar amanhã a votação da Lei de Falências, ao examinar as emendas apresentadas ao projeto relatado por Ramez Tebet na CAE. O texto básico da proposta foi aprovado quinta-feira em Plenário. Está também prevista a votação, em segundo turno, da PEC que reduz o número de vereadores.

Página 3

### Mudança da MP do salário mínimo domina os debates

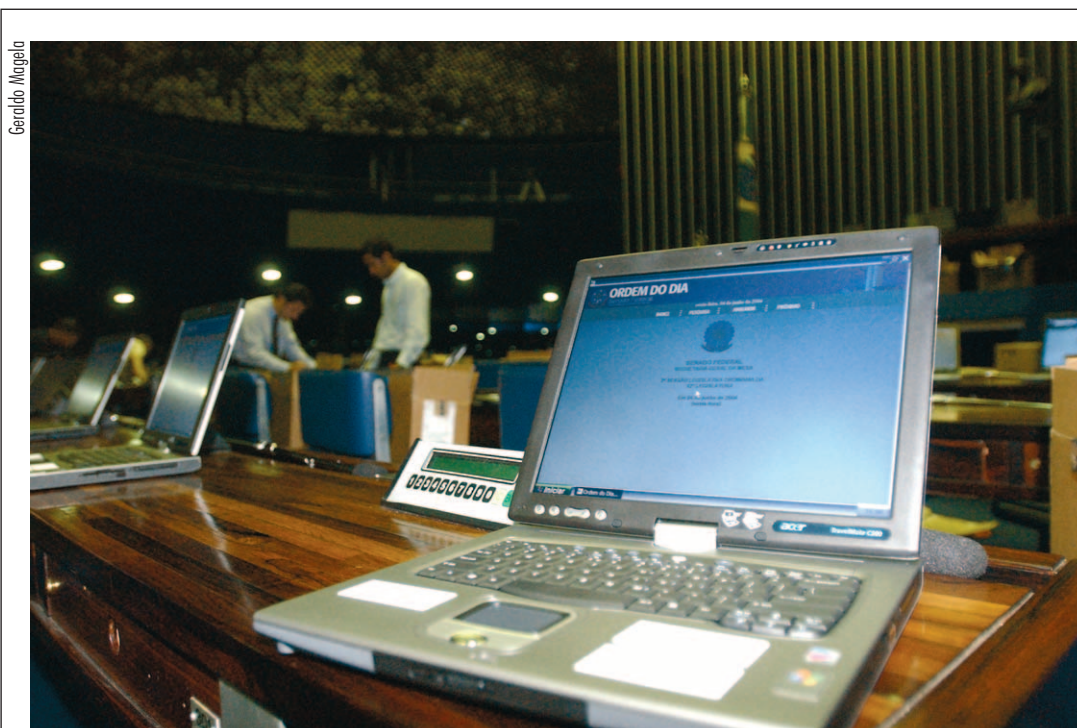
A aprovação do mínimo de R\$ 275 foi o principal tema do Plenário na sexta-feira. Para a maioria dos senadores que falaram, a decisão não poderia ter sido outra.

Páginas 4 e 5

### Comissão discute na quarta papel da biotecnologia

A Comissão de Assuntos Sociais discute na quarta com especialistas o papel social da biotecnologia. Será instruído o projeto que cria normas sobre produção de transgênicos.

Página 3



**AGILIDADE** Senadores poderão ler nos notebooks instalados nas bancadas os projetos em votação

## COMPUTADORES NO PLENÁRIO VÃO SUBSTITUIR OS TEXTOS IMPRESSOS

Computadores estão sendo instalados no Plenário para facilitar o acesso, pelos senadores, aos projetos em votação e à legislação referente a cada matéria. A "ordem do dia eletrônica" também permitirá economia de papel.

Página 3

### Gilberto Gil fala amanhã sobre a situação do cinema nacional

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, será ouvido amanhã pelo Conselho de Comunicação Social. Ele debaterá com os conselheiros a situação do cinema nacional.

Página 6

#### Filme brasileiro



A produção de filmes no país ainda é pequena: foram 30 lançamentos anuais nos últimos cinco anos. Os números, porém, são bem superiores aos do início dos anos 90, quando os novos títulos não chegavam a dez.

Ano	Lançamentos nacionais
1991	8
1993	4
1995	12
1997	22
1999	31
2001	30
2003	30

Fonte: Ministério da Cultura/Ancine





**DEFESA Serys: solidariedade ao presidente do ITI, que está sendo questionado pela empresa**

## Para Serys, Microsoft teme avanço do software livre

Na condição de presidente da Frente Parlamentar Mista de Defesa do Software Livre, a senadora Serys Ilhessarenko (PT-MT) manifestou sua solidariedade a Sérgio Amadeo, presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), da Casa Civil da Presidência da República, que está sendo questionado pela empresa norte-americana Microsoft por entrevista concedida à revista *Carta Capital* em defesa do software livre.

Na reportagem, Amadeo compara o modelo de comercialização de programas de computador ao tráfico de drogas, afirmando que "a primeira dose é sempre gratuita". Segundo ele, acontece o mesmo com o software proprietário, cuja primeira versão é doada, e as pessoas se tornam viciadas, acabando por pagar pela atualização ou aquisição de novos produtos. Para Serys, o processo que a Microsoft tenta mover contra o especialista esconde o medo que a empresa tem de perder o quase monopólio da venda de software no Brasil e em quase todo o mundo.

# Agenda

## Destaques à Lei de Falências devem ser votados amanhã

Na sessão de hoje, com início às 14h30, não haverá votação de matérias, sendo destinada a discursos de senadores. Amanhã, no mesmo horário, o Plenário deve votar destaques e emendas apresentados pelos parlamentares à Lei de Falências (PLC 71/03), que teve o texto básico aprovado na última quinta-feira.



## Conselho de Comunicação debate cinema nacional

O Conselho de Comunicação Social ouve amanhã, às 14h, o jornalista Ricardo Noblat, que fala sobre a suspensão da coluna semanal do conselheiro Alberto Dines. Além disso, o colegiado discute o mercado do cinema nacional com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, o ator Werner Schunemann, os diretores de cinema Nelson Pereira dos Santos e Roberto Farias, e o secretário de Audiovisual do MinC, Orlando Senna.

## Dívidas dos municípios podem ser cobradas por bancos

Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã às 10h, encontra-se projeto estabelecendo que a dívida ativa dos

municípios seja cobrada por instituições financeiras para acelerar o recebimento dos créditos, já que o processo judicial de cobrança é geralmen-

te lento (PRS 57/03). Os senadores também votam proposta (PLS 64/04) que trata da legislação tributária das micro e pequenas empresas.



## Presidente da Petrobras fala sobre licitações

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra (foto), participa amanhã, às 11h, de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Ele fala sobre as licitações feitas pela empresa para a construção de plataformas de petróleo, recentemente questionadas pela governadora do Rio, Rosinha Matheus.

## Educação discute recursos do Fundef

A Comissão de Educação (CE) discute amanhã, às 11h, projeto (PLS 390/03) sobre a distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) à educação especial e às escolas rurais; e proposta (PLS 262/02) para estimular a participação de artistas plásticos locais e regionais nas atividades voltadas aos alunos do ensino básico.



## Fiscalização de contratos

Na quarta-feira, às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) discute proposta de fiscalização de denúncias de irregularidades na condução de contratos firmados pela empresa pública municipal Emlur, de João Pessoa (PB). O colegiado vota ainda avisos do TCU sobre auditorias em órgãos públicos.

## Biotecnologia na CAS

A biotecnologia é tema de debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira, às 10h. Foram convidados os pesquisadores da Embrapa Francisco Lima Aragão e Elíbio Rech, além dos professores Márcio Silva Filho, da Universidade de São Paulo, e Aluizio Borém, da Universidade Federal de Viçosa.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## Jucá elogia CBF pela organização do campeonato de 2004

Referindo-se a informações recebidas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), relativas às séries A e B do Campeonato Brasileiro de 2004, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou o esforço da entidade para organizar a competição.

O parlamentar disse que o povo brasileiro merece usufruir de um melhor planejamento para um esporte que é a grande paixão nacional, concordando com a afirmação de que este é um país com 170 milhões de torcedores.

– O cotidiano de todos nós está impregnado das animadas discussões a respeito dos resultados das partidas – observou.

Jucá disse que os documentos recebidos da CBF agrupam informações relevantes acerca da competição, incluindo as relações dos clubes participantes em cada série; os regulamentos; as tabelas; os planos de ação; os resultados dos jogos e a classificação dos clubes ao final do campeonato do ano passado; o ranking oficial da CBF; e o calendário das diversas competições nacionais e internacionais deste ano.

Em sua opinião, ao reunir essa gama de informações, os documentos publicados pela CBF acabam por ser um excelente guia para rápida consulta por parte de federações, clubes e imprensa especializada, além dos que acompanham o campeonato brasileiro.

Jucá destacou ainda a importância do futebol para a economia brasileira. Ele mencionou as arrecadações das bilheterias, as vendas de direitos de transmissão das partidas pela televisão e as transações de passes de atletas. E observou que, do ponto de vista sociológico, o futebol é um notável elemento de integração da sociedade nacional.



**DESTAQUE Além de paixão nacional, futebol é importante para a economia, ressalta Jucá**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Ilhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



José Cruz



**DEBATE** Senadores da Comissão de Assuntos Sociais vão ouvir profissionais especializados em normas de biossegurança

## Audiência pública na CAS reúne especialistas em biotecnologia

Sob o tema “O papel social da biotecnologia”, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará nesta quarta-feira, a partir das 10h, audiência pública com a finalidade de instruir o projeto de lei (PLC 9/04) que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e seus derivados. A proposta também cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) e dispõe sobre a Política Nacional de

Biossegurança (PNB). A matéria regulamenta os incisos II, IV e V do parágrafo 1º do artigo 225 da Constituição federal.

Estarão presentes à audiência pública o professor do Departamento de Genética da Universidade de São Paulo (USP), Márcio C. Silva Filho; o professor do Departamento de Fitotecnia da Universidade Federal de Viçosa, Aluizio Borém; os pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Elíbio Rech, Francisco Lima Aragão e Eduardo Romano; e a diretora da Embrapa, Mariza Borges.

## Mozarildo quer votar logo projeto que fiscaliza ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a aprovação de projeto de lei (PLS 7/03) que estabelece normas para registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais (ONGs). A matéria aguarda votação em Plenário.

– Clamo pela retomada do poder estatal para controlar e fiscalizar as ONGs. Chegou a hora de abrir a caixa-preta e dar transparência às atividades desenvolvidas pelas organizações vinculadas ao terceiro setor no Brasil. Precisamos saber, de uma vez por todas, quem são essas entidades e o que verdadeiramente pretendem – afirmou o senador.

Mozarildo analisou que, a cada dia que passa, mais recursos públicos são destinados às ONGs para prestarem serviços, especialmente aos índios, que poderiam ser oferecidos diretamente pelo Estado brasileiro.

Este ano, informou, o orçamento destina R\$ 1,3 bilhão a organizações não-governamentais sem licitação.

– Não possuímos sequer um cadastro geral que identifique quantas ONGs estão em atividade regular no Brasil. A maioria delas atua à socapa, sem vigilância governamental e não presta conta dos recursos públicos recebidos – denunciou Mozarildo.

Como exemplo, o senador citou denúncias feitas por ONGs ambientalistas internacionais de que a lavoura de soja e a criação de gado estariam promovendo uma verdadeira devastação da floresta amazônica.



**CAIXA-PRETA** Mozarildo pede transparência às atividades dessas organizações no país

# Senado começa a semana com importantes decisões

■ Além da nova Lei de Falências, agenda inclui PEC dos Vereadores, repasse da Cide e reforma do Judiciário

A pauta do Plenário do Senado esta semana prevê decisões sobre matérias importantes, entre elas três propostas de emendas constitucionais (PECs) – a que reduz o número de vereadores em todo o país, a que aumenta o repasse da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre os combustíveis e destinada à recuperação de rodovias, e a que estabelece a reforma do Poder Judiciário.

Na sessão de amanhã, deverá ser concluída a votação do projeto de nova Lei de Falências, quando serão examinadas as emendas destacadas pelos senadores. O texto básico do projeto foi aprovado na noite de quinta-feira, mas o relator da matéria na Comissão de As-



**PARECER** Projeto sobre a Lei de Falências foi relatado na CCJ por Fernando Bezerra

suntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pediu que a apreciação das emendas ficasse para esta semana.

Tebet havia recebido sugestões até aquele dia e precisava examiná-las cuidadosamente com o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), relator da proposta (PLC 71/03) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A nova lei, que será chamada de Lei de Recuperação de Empresas, é considerada um dos pontos de destaque

Roosevelt Figueiro

da chamada agenda microeconômica do governo, destinada inclusive a reduzir incertezas de investidores.

Na mesma sessão, o Plenário poderá encerrar a votação da PEC que diminui o número de vereadores no país, de 60.276 para 55.214, e a que eleva de 25% para 29% a parte destinada aos estados na arrecadação da Cide. Consta ainda da lista de votações o projeto que trata do registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais (ONGs), de autoria de comissão parlamentar de inquérito que analisou o assunto no Senado.

O último item da sessão é a reforma do Judiciário, um dos projetos mais importantes que o Senado vem discutindo. A votação propriamente dita, no entanto, deve ocorrer só no dia seguinte e pode se prolongar, pois os senadores pedirão para votar separadamente dezenas de emendas, todas tratando de pontos polêmicos dentro da reforma.

## Plenário terá ordem do dia eletrônica

Dentro de uma semana, o presidente do Senado, José Sarney, poderá inaugurar a ordem do dia eletrônica, um instrumento de trabalho planejado para agilizar o processo de liberação da Casa, permitindo aos senadores decidir sobre qualquer matéria em menor espaço de tempo e com maior conhecimento do assunto.

Técnicos do Prodasen, o centro de informática do Senado, dedicam-se atualmente a treinar os senadores e a instalar em suas bancadas, no Plenário, um computador tipo tablete PC. Com esse equipamento, que eles acessarão por meio de uma senha, os parlamentares poderão conhecer os itens da ordem do dia, ler os projetos sujeitos a votação e a legislação concernente a cada matéria.

– O papel vai sumir do Plenário – previu o diretor da Secretaria de Comunicação Social da Casa, Armando Rollemberg, ao apresentar um desses computadores no comitê de imprensa. Acompanhado dos técnicos Deomar Rosado e Constantin Metaxa, do Prodasen, ele informou que cada *notebook* custou R\$ 7.145,53, totalizando todo o



**RAPIDEZ** O uso de computadores tipo *notebook* vai permitir aos senadores decidir sobre qualquer matéria em menor espaço de tempo

projeto R\$ 1.041.561,84.

Desse total, R\$ 750.280,65 foram utilizados na aquisição dos 105 computadores e R\$ 27.529,33 na compra dos equipamentos para a rede sem fio. A quantia de R\$ 1.699,73 foi gasta nos materiais destinados à infra-estrutura, como cabos e outros acessórios. Foram investidos ainda R\$ 256.922,13 nos serviços de instalação, configuração, conexão, implantação, treinamento e assistência técnica. E R\$ 5.400 foram gastos no treinamento de técnicos para o suporte posterior à im-

plantação do programa.

De acordo com o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, a economia que o Senado conseguirá reduzindo a impressão dos textos cobrirá, em quatro meses, o dinheiro investido nesses computadores. Ele disse ainda que, a princípio, o sistema permitirá apenas o acesso à ordem do dia e a assuntos concernentes à votação. Numa fase posterior do projeto, os senadores poderão navegar pela Internet, redigir *e-mails* e acessar outros recursos.

Geraldo Magela



## SALÁRIO MÍNIMO

# Paim parabeniza Senado pelo reajuste de R\$ 15

O senador Paulo Paim (PT-RS) parabenizou o Senado pelo resultado da votação, na quinta-feira, da medida provisória (MP) 182/04, quando o valor de R\$ 260 proposto pelo Executivo foi rejeitado e, em seu lugar, aprovado o substitutivo do relator, senador César Borges (PFL-BA), elevando o valor para R\$ 275.

– O Senado Federal está escrevendo um novo momento na sua história. Não estou aqui para falar de derrotados nem de vencidos, mas para alertar que o governo precisa dialogar mais com o Senado, com a base aliada e com a oposição. O momento é de humildade e de reflexão. Se 12 senadores da base não acompanharam a proposta do governo, não adianta culpar ninguém, algo está errado. Isso é o mínimo de reflexão que temos que fazer – afirmou.

Paulo Paim disse esperar que



**NECESSIDADE** Paim defende política definitiva de recomposição do salário

a Câmara dos Deputados ratifique a decisão e até mesmo aprove emendas estendendo o reajuste para aposentados e pensionistas. O parlamentar gaúcho reiterou a convicção de que o reajuste não trará repercussões nas contas públicas, incluindo as da Previdência So-

cial. Mas ressaltou ser necessário votar uma política definitiva de recomposição do salário mínimo, para evitar debates como o ocorrido este ano em torno da questão.

Para ele, o reajuste aprovado não é o ideal, mas o possível no momento, e representará uma pequena melhora na alimentação do trabalhador.

Em avaliação sobre os três votos do PT contra a proposta de R\$ 260 – ele próprio, a senadora Serys Slhessarenko (MT) e o senador Flávio Arns (PR) –, Paulo Paim disse que não representam uma posição contra o governo, mas a favor de um salário mínimo maior para a população.

José Jorge (PFL-PE) e Mão Santa (PMDB-PI) cumprimentaram Paim pela atuação na discussão da MP, ressaltando a firmeza com que o senador defendeu seu ponto de vista.

## Sibá: petistas não serão punidos

O senador Sibá Machado (PT-AC) acredita que os três senadores petistas que votaram por um salário mínimo de R\$ 275 não serão punidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em discurso na sexta-feira, ele afirmou que a situação pela qual passam os senadores Paulo Paim (RS) e Flávio Arns (PR) e a senadora Serys Slhessarenko (MT) é completamente diferente da que vigia no ano passado, quando a senadora Heloísa



**DEMOCRACIA** Sibá diz que partido deve mostrar coerência

Helena (AL) e dois deputados foram expulsos do partido por

votar contra a reforma da Previdência Social.

Sibá declarou que o PT é o mesmo, não mudou, mas reconhece ser complexo para quem não está dentro do partido compreender como funciona a democracia interna do PT. O senador disse acreditar que a “situação atual é muito diferente da que aconteceu no ano passado”, quando estava em jogo o projeto doutrinário do partido.

– Uma das coisas mais bonitas do ser humano é a capacidade de se adaptar. Na

época o PT foi coerente com uma realidade. Agora está coerente com outra – observou.

O senador do Acre lembrou que, no caso do valor do mínimo, estavam em jogo apenas cálculos de quais seriam os valores possíveis de serem pagos e quais as fontes dos recursos.

### Biodiesel

Sibá informou que no próximo dia 28 comparecerá no Acre à cerimônia de inauguração de projetos de uso de combustível reciclável e biológico. Serão inaugurados o primeiro ônibus intermunicipal a rodar tendo óleo de buriti como combustível e dois geradores, um usando óleo diesel reciclado de plástico e outro com óleos lubrificantes reciclados.

## Câmara começa a votar MP do mínimo amanhã

A medida provisória do salário mínimo deve começar a ser votada amanhã na Câmara dos Deputados. O anúncio foi feito sexta-feira pelo presidente da Casa, João Paulo Cunha, após reunião com o ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo.

A MP foi aprovada no Senado na quinta-feira, com alterações feitas pelo relator da matéria, senador César Borges (PFL-BA), que elevou o valor de R\$ 260, votado

na Câmara, para R\$ 275.

João Paulo afirmou que vai garantir uma condução “democrática e tranquila” dos trabalhos de discussão e votação da matéria. Ele acredita que o resultado da primeira votação da medida na Câmara deve se confirmar porque, em sua opinião, cada deputado votou de modo consciente. “Minha impressão é de que agora será mantido o mesmo raciocínio.”

Aldo Rebelo também manifestou confiança de que o resultado da pri-

meira votação da matéria na Câmara será confirmado, mantendo o valor proposto pelo governo – R\$ 260. O ministro afirmou que não há motivo para a base aliada mudar a posição e o voto, mesmo considerando que este é um ano eleitoral. “Os líderes já asseguraram essa posição.” Ele negou que essa nova votação traga desgaste para o governo. E reafirmou que os deputados deverão confirmar o primeiro voto. (Informações da Agência Câmara)

## Para Tebet, diferença é a esperança de mudança

Ao comentar, na sexta-feira, a decisão do Senado de ampliar o valor do salário mínimo para R\$ 275, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse esperar que a Câmara dos Deputados “não roube essa esperança de mudança que os R\$ 15 estão dando” e que o presidente da República, “com seu coração generoso, caia em si e diga: vamos colocar os R\$ 275 e encontrar uma solução para o salário mínimo”. Segundo Tebet, na votação da medida provisória na quinta-feira, quem ganhou foi a cidadania brasileira.

O senador defendeu a necessidade de se discutir uma política para o país, porque, afirmou, “é gritante e revoltante a injustiça social, a miséria e a pobreza, o desemprego que aumenta, a economia que está estagnada”.

– Não é possível ficarmos ouvindo que o Brasil é muito rico, é muito poderoso, quando a

gente vê a maioria dos brasileiros ainda na miséria. Cumpre contabilizar essa riqueza em favor da sociedade, realizando uma política mais audaciosa – acrescentou.



**AVANÇO** Tebet analisa que aumento é bastante significativo

Para Ramez Tebet, o valor de R\$ 260 não pode ser uma questão de força do Poder Executivo, mas sim, como o foi, um marco para uma grande discussão no país. O senador sul-matogrossense considerou altamente significativo um aumento de

R\$ 15, embora pequeno.

– Ele é muito pelo que representa em relação ao que se adquire e é um avanço importante para a consciência da nação, para alertar a todos nós e dizer, sobretudo, que ninguém é dono da verdade, que o Executivo, o Legislativo e a sociedade devem construir a solução adequada para levar o bem comum à população.

## Mão Santa: aumento não é demagógico

“Se a Câmara dos Deputados baixar o valor do salário mínimo, terá que mudar o nome para câmara de gás, por levar à morte o trabalho e o trabalhador”, afirmou, em discurso no Plenário na sexta-feira, o senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele se referia à possibilidade de a Câmara reverter a decisão do Senado que fixou em R\$ 275 o salário mínimo.

Para o senador, “se diminuir o salário, não será a Câmara dos 300 picaretas, será de 513 picaretas”, referindo-se à música do grupo Paralamas do Sucesso. Mão Santa enfatizou que R\$ 15 a mais são importantes, sim, diferentemente do que diz “a imprensa comprada”, que considera a quantia irrisória e o aumento demagógico.

Mão Santa observou que o valor do dinheiro está na neces-

sidade da pessoa que o recebe. “Quinze reais não são importantes para mim, que estou na



**PRESSÃO** Mão Santa afirma que Câmara não pode baixar valor

boa, senador, ganhando muito”, disse, para depois lembrar que nas famílias pobres geralmente mais de uma pessoa recebe o salário mínimo. “Então já são R\$ 30, o que pode significar a dignidade para uma família”, justificou.

O senador afirmou ainda que a decisão de aumentar o salário mínimo foi uma manifestação do “PT bom”. Ele lembrou que o teto salarial aprovado pelo Congresso é de quase R\$ 18 mil, quase cem vezes mais do que o mínimo. “Isso é uma vergonha, queremos recuperar o valor do trabalho”, destacou.

Mão Santa elogiou a atuação de Paulo Paim (PT-RS), que lutou pelo valor mais alto do mínimo.



## SALÁRIO MÍNIMO



**EXEMPLO** Heráclito afirma que governo federal deve tratar os senadores "sem arrogância"

## Heráclito Fortes critica postura de membros da base governista

Em discurso na sexta-feira, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou a postura de alguns integrantes do governo durante a votação do salário mínimo, por tentarem, a seu ver, colocar uma Casa legislativa contra a outra. Ele prestou homenagem ao senador Paulo Paim (PT-RS) e à senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pela coerência com que votaram a medida provisória e disse que todo o episódio deve servir para que o Executivo reveja sua composição e passe a tratar os senadores "sem arrogância".

O senador comunicou que não aceitará que o resultado da votação de quinta-feira seja utilizado pelo governo para tentar desestabilizar a relação entre Senado e Câmara, quando na verdade, afirmou ele, o que existe é uma briga pelo poder no âmbito do Palácio do Planalto e pelas eleições municipais do estado de São Paulo.

Heráclito narrou fato acontecido durante a votação da matéria, quando passava ao lado do presidente do PT, José Genoino, que conversava com a senadora Serys e esta, em tom de brincadeira, teria dito a ele (*Heráclito*): "Acuda-me". O senador observou que entendeu aquilo como, realmente, uma brincadeira, mas protestou contra colocação feita, em seguida, por Genoino. Segundo o senador, o ex-deputado teria afirmado: "O PFL não tem autoridade moral para falar qualquer coisa sobre esse assunto".

O parlamentar pefelista confessou que se sentiu ofendido, pois seu partido nunca atrapalhou o atual governo, mas, ao contrário, colaborou na aprovação de várias matérias de interesse do Executivo e do país.

# Antero conclama deputados a manter o valor de R\$ 275

Ao comemorar, em discurso na sexta-feira, a aprovação do reajuste do valor do salário mínimo para R\$ 275, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que a decisão representou "uma vitória do Senado, da democracia e do trabalhador brasileiro". Ele conclamou os deputados federais a manterem o mesmo valor aprovado pelo Senado, na segunda votação que deverá ocorrer, provavelmente, nos dias 29 ou 30 de junho.

Para Antero, a derrota do Executivo no Senado mostrou, mais uma vez, "o perfil autoritário do atual governo". O senador disse que o Planalto remeteu ao Congresso a medida provisória (MP) do reajuste do mínimo como se estivesse pronta e acabada, e não queria permitir que o Legislativo fixasse outro valor, a não ser o de R\$ 260. – Em 2002, o governo do pre-



**MUDANÇA** Antero diz que vitória foi do Senado e dos trabalhadores

sidente Fernando Henrique Cardoso mandou uma MP fixando o novo valor do salário mínimo em R\$ 212. Pois bem: o Congresso Nacional elevou o valor para R\$ 240, o que foi aceito pelo Executivo, não sendo registrado todo esse *frisson*, em que até o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, faz declarações apostando que a Câmara irá manter o valor de

R\$ 260 ou, do contrário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá vetá-lo – comentou o senador.

### Humildade

Na opinião de Antero Paes de Barros, seria um "gesto decente" do governo não impor a pecha de traidores a deputados que votarem com o Senado. O Palácio do Planalto, na opinião do senador, deveria ser humilde e aceitar a decisão tomada pelos senadores, ao alterarem a medida provisória.

O senador por Mato Grosso também criticou a forma como o Executivo conduziu as negociações no Senado em torno do novo valor do mínimo. Para ele, a Casa foi transformada em um autêntico balcão de negócios, o que, observou, contraria o que o PT pregou durante toda a sua existência, ou seja, a política do "toma-lá-dá-cá".



**IMPORTÂNCIA** Para Heloísa, aumento de R\$ 15 significa muito para uma mãe de família

## Heloísa elogia atitude "corajosa e combativa" do Senado

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) saudou o Senado pela aprovação do salário mínimo de R\$ 275 na última quinta-feira. A manifestação foi feita em nome do Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL), que está sendo fundada pela senadora. Heloísa agradeceu a postura corajosa e combativa dos senadores e lamentou o "verdadeiro balcão de negócios" a que a Casa foi submetida nos últimos dias para que se aprovasse o salário mínimo de R\$ 260, como queria o governo.

Ela dirigiu uma saudação especial aos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), integrantes da base do governo que votaram a favor do mínimo de R\$ 275.

Heloísa disse esperar que a Câmara tenha a coragem e a sensibilidade de manter o reajuste aprovado pelo Senado. Embora, para alguns, o aumento possa ser considerado pequeno, a senadora ponderou que a quantia representa muito para uma mãe de família pobre que tem a obrigação de alimentar os seus filhos.

## Lúcia Vânia destaca a reação de populares

Manifestações da população por meio do serviço A Voz do Cidadão, do Senado, e-mail e fax diante da decisão da Casa que elevou para R\$ 275 o reajuste do salário mínimo, foram trazidas ao Plenário, na sexta-feira, pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Em sua maioria, disse a senadora, os cidadãos se mostraram indignados com a postura do governo contrária à mudança no valor do salário.

Segundo a senadora, as mensagens atacaram, principalmente, o argumento dos governistas de que o programa Bolsa-Família teria um papel de complementação do salário mínimo. Ela afirmou que o pro-

grama, "maximizado pelo *marketing* do governo", não está tendo seus efeitos sentidos pela população. Ressaltou que, dos 47 milhões de brasileiros que ganham salário mínimo, apenas 3,5 milhões recebem a bolsa-família.

Lúcia Vânia comentou também o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que aprovou as contas do primeiro ano do governo Lula. Segundo afirmou, o documento "traz números desalentadores para um governo que foi eleito sob a garantia de provocar uma transformação social no país". No relatório, informou, ficou demonstrado que o ano de



**VANTAGENS** Mensagens mostram indignação com postura do governo, conforme Lúcia Vânia

2003 "foi trágico" para o trabalhador, registrando também o crescimento do desemprego e o aumento dos problemas.

## Eduardo: senador não se dobra por liberação de verba

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que, a partir da votação do novo salário mínimo, na última quinta-feira, o governo vai entender que o debate no Senado se dá em outro campo. "Não há que se falar em emendas, em cargos, não há esse poder sedutor em nenhum ministro ou presidente que possa suprimir a consciência dos representantes do povo eleitos para o Senado", garantiu.

Segundo Eduardo, o governo precisa estabelecer um novo rela-

cionamento com o Senado, devendo ficar claro para o Executivo que "um senador não se dobra pela liberação de emendas" e que a Casa é um fórum importante, que examina o mérito das proposições. Ele destacou que o então presidente Fernando Henrique Cardoso, talvez pelo fato de ter sido integrante da Casa, promovia encontros e tardes de debate com os senadores.

O parlamentar observou que o Senado, em que pese a tradição, mudou completamente, para des-

tacar que a Casa, hoje, é "jovem, nova, de esperança" e apresenta grande diversidade. Observou também que a Câmara dos Deputados vota as reformas enviadas pelo Executivo sem alterações. E lembrou que a proposta de emenda paralela da reforma da Previdência, que atendeu a reivindicações dos trabalhadores, foi elaborada pelos senadores.

Eduardo manifestou posição favorável à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reduziu o número de vereadores em todo



**DIALOGO** Executivo precisa mudar relacionamento com o Senado, recomenda Eduardo

o país. Ele foi apartado por Heráclito Fortes (PFL-PI), Alberto Silva (PMDB-PI), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Paulo Paim (PT-RS).



# Ministro debate cinema no Conselho de Comunicação

Também participam da reunião amanhã os cineastas Nelson Pereira dos Santos e Roberto Farias

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, estará amanhã, às 14h, na reunião extraordinária do Conselho de Comunicação Social (CCS), no Senado. Gil debaterá com os conselheiros do cinema nacional. Além do ministro da Cultura, estarão presentes os diretores de cinema Nelson Pereira dos Santos e Roberto Farias, o ator Werner Schunemann e o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna.

Na ocasião, também será re-



**PARCERIAS** Gil discute situação do mercado cinematográfico com integrantes do CCS

alizado ato de desagravo ao jornalista e conselheiro Alberto Dines, que teve sua coluna semanal suspensa pelo *Jornal do Brasil*, em decorrência de críti-

cas feitas por ele a uma determinada cobertura jornalística do *JB*. Ricardo Noblat será o expositor do tema.

O CCS, órgão auxiliar do Congresso Nacional, teve sua primeira composição eleita em junho de 2002 e tem como atribuições a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas. O presidente do CCS é José Paulo Cavalcanti Filho, representante da sociedade civil.

Há cinco comissões temáticas no colegiado: Regionalização e Qualidade de Programação; Tecnologia Digital; Radiodifusão Comunitária; TV a Cabo; e Concentração da Propriedade dos Meios de Comunicação Social.

## Serys: "faxina" nos termos que discriminam a mulher

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de projeto de lei que torna obrigatório o uso da chamada linguagem inclusiva, em falas e textos escritos (PLC 102/02). Esse tipo de linguagem, informou, respeita as diferenças de gênero e é uma das formas de combater a discriminação contra a mulher. Ela considera que o momento é oportuno para que o país realize uma verdadeira "faxina" em toda a legislação para retirar os termos discriminatórios.

Expressões como "mulher honesta", constante do Código Penal, afirmou, servem para manter atitudes machistas e de discriminação contra as mulheres. Serys explicou que o termo, quando utilizado em relação ao homem, diz respeito a uma pessoa cumpridora de

seus deveres e proba, enquanto no caso da mulher, refere-se apenas à questão do comportamento sexual dessa pessoa.

A parlamentar aproveitou para informar que está atenta à queixa-crime apresentada no Supremo Tribunal Federal (STF) por Maria Guimarães de Pádua Ribeiro Portela contra o ministro Paulo Medina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acusado de assédio sexual. Serys declarou que a queixa já foi acatada e agora o STF decidirá se deve ou não ser instalada ação penal.

A denúncia deve ser apurada com seriedade, disse a senadora. Segundo ela, os movimentos de defesa da mulher também vão acompanhar o caso. Serys observa que, no Brasil, é elevado o número de crimes de violência – a cada 15 segundos uma mulher sofre algum tipo de agressão.

## Educação analisa projeto que modifica artigo da LDB

Em sua reunião de amanhã, às 11h, a Comissão de Educação (CE) deve analisar parecer favorável do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) ao projeto de José Jorge (PFL-PE) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para resguardar o direito dos professores formados na modalidade normal, de nível médio, lecionarem na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental (PLS 358/03).

Também consta da pauta do colegiado parecer de José Maranhão (PMDB-PB), favorável ao projeto de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que institui um sistema de avaliação da qualidade do ensino fundamental público (PLS 122/03). A intenção do parlamentar é criar sistema que permita identificar as dificuldades para que soluções possam ser encontradas. José Jorge apresentou voto em separado pela rejeição da matéria.

Outros quatro projetos de lei na pauta da Comissão de Educação tratam da criação de dias nacionais. Todos os pareceres são favoráveis. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) propôs o Dia Nacional da Consciência Negra (PLS 520/03). Ney Suassuna (PMDB-PB) quer instituir o Dia da Indústria Farmacêutica Nacional (PLS 435/03). Já o senador Alberto Silva (PMDB-PI) propõe o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista (PLS 481/03) e o senador Tião Viana (PT-AC) o Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase.



**RELEVÂNCIA** Tuma: "Atuação da Marinha se confunde com a nação que temos hoje"

## Tuma faz homenagem à Marinha do Brasil

Ao recordar o transcurso do aniversário da Batalha de Riachuelo, comemorado dia 11 de junho, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou a Marinha do Brasil, por seu papel relevante de defesa do país e dos brasileiros, ao longo dos séculos. Para ele, "a atuação da Marinha se confunde com o nascimento e manutenção da nação que temos hoje".

Ele disse que a Armada pos-

sui esquadra moderna e atualizada, com sistemas de controle e de armamento de última geração e controlados por guarnições adequadamente formadas e treinadas. No entanto, é preciso trabalho e empenho para manter a Marinha sempre assim, afirmou o senador.

Segundo Tuma, os recursos bélicos precisam ser sempre atualizados, com o treinamento do corpo de oficiais e de seus subordinados, valorizando-os e incentivando-os para que continuem tendo orgulho de sua missão. Somente dessa maneira será possível assegurar a soberania do país e a tranquilidade de nossas futuras gerações, ressaltou.

O senador por São Paulo ressaltou que a via diplomática para dirimir divergências somente é adotada pelos países, quando percebem que os custos de uma batalha militar direta serão maiores.

– Por esse motivo, é importante aparelhar o melhor possível as Forças Armadas, fazendo com que nossos eventuais opositores considerem a via diplomática mais atraente para a solução dos conflitos. Esse fato tornará o governo brasileiro mais forte, com maior poder para negociar – concluiu.

## José Jorge critica políticas educacionais do governo Lula

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou na sexta-feira as políticas educacionais do governo Lula, desde que o ministro Tarso Genro assumiu a pasta. Para ele, o ministro nada entende de educação e o governo, se quisesse acertar, deveria deslocar o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, para a Educação, por ser ele um especialista, dando a Tarso Genro um outro dos 35 ministérios do governo.

Entre as idéias que José Jorge considerou absurdas está a decisão de fazer os testes de educação básica e do segundo grau não mais por amostragem, mas escola por escola. Além das dificuldades operacionais, uma vez que são 30 milhões de alunos no ensino fundamental e 6 milhões no ensino médio, não se justifica uma pesquisa específica, quando as diretrizes terão, necessariamente, que ser gerais, afirmou.

– O ministro disse que a gestão partiu do próprio presi-



**ERRO** Loteria para financiar universidade será uma política desastrosa, afirma José Jorge

dente. Mas Lula nada entende de educação, mal foi aluno e nunca foi professor – argumentou José Jorge.

Para ele, a idéia de se criar uma loteria para financiar as universidades será outra política desastrosa, porque são os pobres que apostam nas loterias. E todos sabem que os ricos jogam em bingos, cassinos ou no exterior, observou.

O senador destacou que, dessa maneira, seriam as camadas mais carentes do país que iriam financiar o estudo dos filhos da classe média, já que são eles que freqüentam as universidades públicas do país. "Será mais uma distorção social no país", concluiu José Jorge.

### Exemplos de linguagem inclusiva

Forma usual	Forma inclusiva
Os direitos do homem	Os direitos humanos
Aeromoça	Atendente de voo
Língua materna	Língua de origem
Os professores	O professorado
Denegrir a imagem de alguém	Difamar alguém
A situação está preta	A situação está ruim
Os brasileiros	O povo brasileiro
Reunião de pais na escola	Reunião de pais e mães na escola

Fonte: Rede Mulher de Educação



## Augusto espera que STF derrube taxaço de inativo

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) manifestou em discurso esperança de que o Supremo Tribunal Federal (STF) derrube a cobrança de alíquota de previdência de 11% para os inativos do serviço público, instituída pela reforma da Previdência Social do ano passado. Ele comentou cada voto dado até ago-

ra por três ministros – o julgamento deve continuar ainda neste mês. Houve pedido de vista quando dois ministros haviam votado contra a taxaço e um a favor.

– Várias vezes alertei aqui desta tribuna que cobrar previdência de inativos fere direitos adquiridos. Vejo com satisfação que comungam do mesmo entendimento a minis-

tra Ellen Gracie, que é a relatora, e o ministro Carlos Ayres Britto – disse.

As ações diretas de inconstitucionalidade contra os 11% foram apresentadas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Augusto destacou ainda que o

advogado da Conamp, o ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira, observou que o que está sendo discutido no STF é a possibilidade de contribuição previdenciária de pessoas que já estavam na inatividade quando foi publicado no *Diário Oficial* o texto da reforma da Previdência, no fim de dezembro de 2003.



**ESPERANÇA** Augusto elogia votos da relatora Ellen Gracie e do ministro Carlos Britto

## CPI do Banestado decide sobre Maluf amanhã

Por falta de quórum, foi adiada para as 21h de amanhã, caso o evento não coincida com a ordem do dia da Câmara dos Deputados, a reunião que seria realizada na manhã de sexta-feira da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga denúncias de evasão fiscal, a CPI do Banestado. A pauta, segundo o presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), será a mesma da reunião que não chegou a se realizar. Antero tentou abrir a reunião, mas logo em seguida o relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), contestou a decisão por meio de uma questão de ordem, sob o argumento de que não havia no local pelo menos um terço dos integrantes do colegiado, como determina o Regimento Comum do Congresso Nacional. O senador afirmou que a questão de ordem levantada por Mentor tinha amparo regimental. Por isso, decidiu adiar a reunião. Existem 52 requerimentos na pauta que será analisada pela comissão. Entre eles estão, por exemplo, os pedidos feitos pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO) para que seja convocado o ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf.

## Jefferson critica excesso de empresas informais

■ Senador cita estudo que mostra taxa de informalidade de 40% no Brasil. Média mundial é de 32%

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu o combate à informalidade na economia, que, segundo afirmou, inviabiliza o crescimento no país, e ressaltou que “não serão os remendos tributários ora em tramitação no Congresso” que resolverão o problema. O senador citou estudo da consultoria internacional McKinsey, segundo o qual a taxa de informalidade da economia brasileira é de 40%, bem acima da média mundial, que é de 32%.

Encomendado pelo líder empresarial Emerson Kapaz, e publicado pela revista *Exame*, o estudo constata que o Brasil concentra 10% da pirataria musical do planeta; que 70%



**CAUSAS** Jefferson: impostos e burocracia inviabilizam economia

dos computadores comercializados no país são ilegais; que apenas 20% do comércio varejista de alimentos pagam impostos e cerca de 60% dos trabalhadores não têm carteira assinada.

Em consequência disso, afirmou, empresas estruturadas, produtivas e pagadoras de tributos perdem mercado diante

da concorrência desleal. O senador frisou, no entanto, que os maiores perdedores são os consumidores e a economia como um todo, pois o desestímulo ao investimento dentro da lei compromete a retomada do crescimento.

O estudo, revelou Jefferson Péres, aponta como causas da informalidade os custos da formalidade e da legalidade, como a pesada carga tributária e a burocracia excessiva. Na avaliação do parlamentar amazonense, o governo, “na ânsia de tributar”, acaba arrecadando menos do que deveria.

Jefferson relatou que Emerson Kapaz, com base na pesquisa, garante que uma redução de 20% da informalidade elevaria a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em ao menos 1,5 ponto percentual, permitindo ao Brasil crescer 5% ao ano.

## Pavan destaca desempenho do turismo

O desempenho do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) na promoção da imagem do Brasil no exterior foi elogiado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), para quem os bons resultados obtidos no setor deveriam servir de exemplo para outras áreas, no momento em que o crescimento da economia encontra-se “abaixo das expectativas nacionais”.

Segundo informações transmitidas ao senador pelo presidente da Embratur, Eduardo Sanovicz, a entrada de estrangeiros no Brasil aumentou 8,12% no ano passado, em relação a 2002, o que motivou um salto de 8,52% na geração de



**CRESCIMENTO** Pavan espera que Embratur cumpra meta de dobrar quantidade de turistas

receitas pelo país. Ainda de acordo com os dados apresentados, o desembarque de passageiros de vôos *charters* aumentou 69,41% em 2003, quan-

do comparado ao ano anterior.

– A meta anunciada pela Embratur é bastante ambiciosa: dobrar a quantidade de turistas que visitam o nosso país até o ano de 2007, permitindo que o setor ultrapasse os atuais 3,1% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) – afirmou Leonel Pavan.

O senador recordou que o turismo é um grande gerador de empregos e de oportunidades de negócio. E definiu como “chave do sucesso” o crescimento da profissionalização do setor, que envolve desde o treinamento de camareiras até o aperfeiçoamento dos responsáveis pelo planejamento.

## Virgílio aponta inabilidade de Lula na economia

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), voltou a criticar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusando-o de inabilidade na condução da política econômica. Ele disse que a realidade nacional não coincide com a imagem de otimismo que líderes petistas tentam transmitir aos brasileiros.

– É cada vez mais difícil explicar o que se passa pela cabeça do governo petista, com tantas bruzundangas que se misturam a erros e avaliações equivocadas sobre a economia.

Ao analisar a visita do presidente da República à China, Arthur Virgílio disse que os governistas apregoaram que muitos negócios estavam sendo entabulados, mas outras análises parecem conduzir à realidade de que “são negócios da China, mas muito mais para eles”.

Mencionando editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador observou que, no fundo, o que a China quer do Brasil, no plano comercial, são produtos primários, como soja em grão e farelo.

No entender do parlamentar, as análises jornalísticas dessa viagem não coincidem com a euforia que as lideranças governistas tentaram passar.



**COMÉRCIO** Virgílio: o que a China quer do Brasil são produtos primários

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, José Jorge e Alberto Silva e pela senadora Serys Slhessarenko



# Denúncias do cidadão ajudam no combate à criminalidade

As informações fornecidas anonimamente às centrais de disque-denúncias têm sido determinantes na elucidação de crimes, na captura de condenados pela Justiça e no combate ao crime organizado. Em São Paulo, o serviço recebe, em média, 245 ligações por dia. Em 2003, os dados ob-

tidos da população ajudaram a solucionar 2.051 casos, incluindo seqüestros como o do empresário Joaquim Figueiredo Alves, de 81 anos, que ficou refém por 53 dias. No Rio de Janeiro, as ligações têm auxiliado a Secretaria de Segurança Pública na captura de traficantes.

Abaixo, estão relacionados telefones dos disque-denúncias nos estados e outros números que podem ser utilizados sem a identificação do usuário. Algumas centrais são operadas pela polícia e por organizações não-governamentais, como o Instituto São Paulo pela Paz e o Movimento Viva Rio.



Cirilo Queirós

**COLABORAÇÃO Em São Paulo, o disque-denúncia recebe 245 ligações por dia**

## Telefones úteis

**Disque-denúncia Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes:** 0800 99-0500  
**Secretaria Especial dos Direitos Humanos**  
Secretário especial Nilmário Miranda  
Tel: (61) 429-3142  
[www.presidencia.gov.br/sedh](http://www.presidencia.gov.br/sedh)  
**Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas**  
Tel: (61) 429-3152  
**Ministério da Justiça**  
Ministro Márcio Thomaz Bastos  
Tel: (61) 429-3000  
[www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)  
**Secretaria Nacional de Segurança Pública**  
Tel: (61) 322-8714  
[www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)  
**Secretaria Nacional Antidrogas**  
Tel: 0800 61-4321  
[www.senad.gov.br](http://www.senad.gov.br)  
**Departamento de Polícia Federal**  
Tel: (61) 311-8000  
[www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)  
**Instituto Sou da Paz**  
Tel: (11) 3812-1333  
[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)  
**Movimento Nacional de Direitos Humanos**  
Tel: (61) 274-7671  
[www.mndh.org.br](http://www.mndh.org.br)  
**Movimento Viva Rio**  
Rua do Russel, 76 – Glória  
22210-010 Rio de Janeiro (RJ)  
Tel: (21) 2555-3750  
[www.vivario.org.br](http://www.vivario.org.br)  
**Núcleo de Estudos da Violência (NEV)**  
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, Trav. 4, Bl. 2  
05508-900 São Paulo (SP)  
Tel: 3091-4951  
[www.nev.prp.usp.br](http://www.nev.prp.usp.br)  
**Fundação Dra. Célia Brito Vítima da Violência**  
Organização de apoio aos familiares das vítimas de homicídio do Recife  
[www.vitimasdaviolenciaong.hpg.com.br](http://www.vitimasdaviolenciaong.hpg.com.br)

## Números nos estados e no Distrito Federal

**Acre** – [www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)  
Secretaria de Justiça e Segurança Pública  
Tel: (68) 224-1183 e 223-7232  
Denúncias podem ser feitas pela Internet, no site do governo  
**Alagoas** – [www.agenciaalagoas.com.br](http://www.agenciaalagoas.com.br)  
Célula de Justiça e Defesa Social  
Tel: (82) 336-9001  
Disque-denúncia: (82) 336-9004 e 0800 284-9390  
**Amapá** – [www.amapa.gov.br](http://www.amapa.gov.br)  
Secretaria de Justiça e Segurança Pública  
Tel: (96) 212-8170 e 212-8171  
Não há serviço exclusivo de disque-denúncia no estado  
**Amazonas** – [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)  
Secretaria de Segurança Pública  
Tel: (92) 613-1864 e 613-1566  
Disque-denúncia do Ministério Público: 0800 92-0500, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h  
**Bahia** – [www.bahia.ba.gov.br](http://www.bahia.ba.gov.br)  
Secretaria de Segurança Pública  
Tel: (71) 3115-1914 e 3115-1913  
Disque-denúncia: 0800 71-2191  
Ouvidoria Geral do estado: 0800 284-0011  
Denúncias contra policiais podem ser feitas pelo site do governo  
**Ceará** – [www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br)  
Sec. Segurança Pública e de Defesa Social  
Tel: (85) 433-8100 e 443-8103  
Disque-denúncia: 185  
**Distrito Federal** – [www.distritofederal.df.gov.br](http://www.distritofederal.df.gov.br)  
Sec. de Segurança Pública e Defesa Social  
Tel: (61) 342-2851  
Disque-denúncia: (61) 323-8855 e 147. Os dois números funcionam 24 horas  
**Espírito Santo** – [www.es.gov.br](http://www.es.gov.br)  
Secretaria de Estado da Segurança Pública  
Tel: (27) 3137-9982  
Disque-denúncia: 0800 283-9944  
**Goiás** – [www.goias.gov.br](http://www.goias.gov.br)  
Secretaria de Segurança Pública e Justiça  
Tel: (62) 201-1000

Disque-denúncia: (62) 271-7000, de segunda a sexta-feira, das 7h às 23h  
**Maranhão** – [www.ma.gov.br](http://www.ma.gov.br)  
Gerência de Segurança Pública  
Tel: (98) 243-1719  
Disque-denúncia: 0800 90-0147  
**Mato Grosso** – [www.mt.gov.br](http://www.mt.gov.br)  
Secretaria de Justiça de Segurança Pública  
Tel: (65) 613-5520 e 613-5533  
Disque-denúncia: 0800 65-3939  
**Mato Grosso do Sul** – [www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br)  
Secretaria de Justiça e Cidadania e de Segurança Pública  
Tel: (67) 318-6700  
Disque-denúncia em fase de implantação: 181  
**Minas Gerais** – [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br)  
Superintendência-Geral de Polícia Civil  
Tel: (31) 3236-3191/3195  
Disque-denúncia: 0800 30-5000  
**Pará** – [www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br)  
Secretaria de Segurança Pública  
Tel: (91) 224-9637 ou 242-4795  
Ouvidoria para denúncia de abuso de policiais: (91) 215-2240  
Disque-denúncia: 190  
**Paraíba** – [www.palacio.pb.gov.br](http://www.palacio.pb.gov.br)  
Secretaria de Segurança Pública  
Tel: (83) 238-5583 e 213-9003  
Disque-denúncia: 147 e (83) 213-9071  
**Paraná** – [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)  
Secretaria da Segurança Pública  
Tel: (41) 352-2125 e 352-3070  
Disque-denúncia: 0800 41-0090, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 18h30  
**Pernambuco** – [www.pe.gov.br](http://www.pe.gov.br)  
Secretaria de Defesa Social  
Tel: (81) 3303-5111 e 3303-5118  
Disque-denúncia: (81) 3421-9595  
Disque-denúncia Agreste: (81) 3719-4545  
**Piauí** – [www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)  
Secretaria de Segurança Pública  
Tel: (86) 216-5215 e 216-5218

Disque-denúncia: 0800 280-5013  
**Rio de Janeiro** – [www.governo.rj.gov.br](http://www.governo.rj.gov.br)  
Secretaria de Segurança Pública  
Tel: (21) 3399-1000 ou 3399-1001  
Disque-denúncia: (21) 2253-1177  
**Rio Grande do Norte** – [www.rn.gov.br](http://www.rn.gov.br)  
Secretaria da Defesa Social  
Tel: (84) 232-1082  
Disque-denúncia: 0800 84-2999  
**Rio Grande do Sul** – [www.estado.rs.gov.br](http://www.estado.rs.gov.br)  
Secretaria da Justiça e da Segurança  
Tel: (51) 3288-1900 e Ouvidoria: 0800 99-9801  
Disque-denúncia: (51) 3288-5100  
**Rondônia** – [www.rondonia.ro.gov.br](http://www.rondonia.ro.gov.br)  
Secretaria da Segurança, Defesa e Cidadania  
Tel: (69) 216-8913 e 216-8919  
Disque-denúncia: 0800 647-1016, atende das 7h30 às 19h  
**Roraima** – [www.rr.gov.br](http://www.rr.gov.br)  
Secretaria de Segurança Pública  
Tel: (95) 623-2068 e 623-2951  
Disque-denúncia: 0800 280-9518  
**Santa Catarina** – [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)  
Secretaria da Segurança Pública e Direito do Cidadão  
Tel: (48) 251-1112  
Disque-denúncia: 683  
**São Paulo** – [www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br)  
Secretaria de Segurança Pública  
Tel: (11) 3291-6500 e 3291-6830  
Disque-denúncia: 0800 15-6315 (atende a todo o território brasileiro)  
Disque-denúncia: (11) 3272-7373 (para o estado de São Paulo)  
**Sergipe** – [www.se.gov.br](http://www.se.gov.br)  
Secretaria da Segurança Pública  
Tel: (79) 216-5404 e 216-5405  
Disque-denúncia: 0800 79-0147  
**Tocantins** – [www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)  
Secretaria da Segurança Pública  
Tel: (63) 218-1801 e 218-1809  
Disque-denúncia: 0800 63-1190

## Legislativo aperfeiçoa medidas de proteção a testemunhas

A legislação brasileira reconhece a importância do depoimento de testemunhas para o sucesso das investigações criminais e dos processos judiciais. O artigo 206 do Código de Processo Penal (CPP) estabelece que a testemunha não pode eximir-se da obrigação de depor, em colaboração à Justiça. Já a Lei 9.807/99 e o Decreto 3.518/00 prevêem garantias àqueles que denunciam criminosos e proteção de acusados ou condenados que, voluntariamente, venham a prestar efetiva colaboração à Justiça. A assistência é feita conforme o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas

Ameaçadas, gerenciado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e pelos programas estaduais de proteção. Atualmente, 16 estados implantaram o programa. São eles: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

Além de segurança pessoal, o protegido pelo programa também pode receber ajuda financeira e assistência social, médica e psicológica. A legislação modificou a redação da lei de registros públicos, possibilitando às vítimas e

testemunhas, e a seus familiares, a troca de identidade civil mediante alterações de registros originais, para as pessoas que se encontrem sob grave ameaça ou coação.

No Congresso, cinco projetos propõem mudanças na Lei 9.807. Um deles, de autoria do então deputado Nilmário Miranda, atual secretário especial de Direitos Humanos, estabelece medidas de proteção e assistência ao adolescente que esteja sofrendo risco de vida, em razão de não mais participar de organizações criminosas (PLC 5.880/01). Outra proposição, do então senador Carlos Bezerra, permite a re-

dução da pena do réu que colaborar com o processo criminal (PLS 258/02). A proposta do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado colaboração à investigação policial e ao processo criminal (PLS 03/01). Já o projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) determina que a vítima tenha acesso à Justiça (PLS 173/01). A responsabilidade do Estado pela proteção da vítima e da testemunha de crime também é matéria do PLS 4.449/98, de autoria do então senador Júlio Campos.